

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A Institucionalização de crianças/jovens e o seu Desempenho Escolar

Mariana Medroa Mateus

Mestrado em Educação e Sociedade

Orientadora:

Doutora Maria João Pena, Professora Auxiliar

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Doutora Teresa Seabra, Professora Associada

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2020



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

A Institucionalização de crianças/jovens e o seu Desempenho Escolar

Mariana Medroa Mateus

Mestrado em Educação e Sociedade

Orientadora:

Doutora Maria João Pena, Professora Auxiliar

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Doutora Teresa Seabra, Professora Associada

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2020

Agradecimentos

Parece que foi ontem que tudo começou, mas chegou ao fim. Chegou ao fim mais um momento marcante na vida de um estudante. Com isso, chegou também o momento de agradecer a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, agradecer aos meus pais, Dalila e António, pelo apoio e carinho demonstrado ao longo de todo o meu percurso escolar. Obrigado por nunca me deixarem desistir. Obrigada pela ajuda a ultrapassar os obstáculos que teimavam em atravessar-se no meu caminho. Agradecer também à minha irmã, Rita, pela paciência demonstrada. Ao meu avô, José Medroa, agradeço a gargalhada na hora certa.

Em segundo lugar, agradeço a toda a minha família o apoio e a força demonstrada. Um agradecimento especial à minha tia pelos conselhos e ao meu primo pela força que deposita em mim, pelo carinho e pelas risadas no momento certo.

Em terceiro lugar, agradeço ao meu namorado, por todo o apoio incondicional e incentivo. Obrigada por acreditares em mim. Obrigada pela paciência e compreensão. Agradeço também aos meus amigos, em especial à Joana e à Catarina, por todas as palavras de incentivo.

Por último, mas não menos importante, agradeço às minhas orientadoras, Professora Teresa Seabra e Professora Maria João Pena por terem embarcado comigo nesta grande aventura. Agradeço toda a paciência, disponibilidade e compreensão.

Resumo

Em Portugal, a institucionalização de crianças/jovens é a última medida de proteção de crianças/jovens quando estas se encontram em situação de perigo, sendo que a principal razão deste processo é a negligência.

As crianças/jovens institucionalizadas contam com uma equipa multidisciplinar que intervém perante as necessidades apresentadas pelas crianças/jovens, de forma a permitir um desenvolvimento pleno das mesmas a nível do bem-estar físico, psíquico, social e educacional.

A escola é um fator essencial na vida destas crianças/jovens devido à natureza protetora que a formação escolar assume na vida delas. Este estudo aborda o tema da Institucionalização de crianças/jovens e o seu Desempenho Escolar, tendo como objetivo conhecer as práticas e as representações dos profissionais da instituição de acolhimento residencial na promoção do sucesso escolar destas crianças/jovens.

A investigação baseia-se em dois eixos centrais, a institucionalização e o sucesso escolar. Enquadra-se num paradigma qualitativo e a técnica de recolha de dados é a entrevista diretiva aos técnicos do Centro de Acolhimento Temporário (CAT) e aos professores titulares de turma / diretores de turma do Agrupamento de Escolas frequentado pelas crianças/jovens institucionalizados.

Derivado às histórias de vida das crianças/jovens institucionalizadas, a parte emocional das mesmas encontra-se bastante fragilizada sendo este um fator que prejudica o desempenho escolar das mesmas. Assim, é fundamental existir algumas medidas que visam promover o sucesso escolar destas crianças/jovens, sendo estas, a articulação entre o CAT e a escola, a participação em atividades extracurriculares e o acompanhamento realizado pela educadora no CAT e por técnicos da área social.

Palavras chave: Criança/jovem institucionalizada; institucionalização; sucesso-escolar; acolhimento; CAT

Abstract

In Portugal, the institutionalization of children / young people is the last measure of protection when they are in danger, negligence as being the main reason for this process.

Institutionalized children / young people can rely on a multidisciplinary team that will intervene taking into account their needs, in order to allow their full development, in terms of physical, psychological, social and educational level.

The school assumes itself as an essential factor in their lives due to the protective nature that school education assumes. This study addresses the issue Institutionalized of children/young people and their school performance, being its main goal knowing the practices and representations of professionals from the residential institution in promoting the academic success of institutionalized children / young people.

This research is based on two central axes, institutionalization and academic success. It is framed in a qualitative paradigm and the data collection technique is the directive interview to the technicians of the Foster Care Center (CAT) and to the class teachers of the School Group attended by these institutionalized children / young people.

Derived from the life histories that institutionalized children / young people present, their emotional part is quite fragile and this is a factor that consequently impairs their school success. Thus, it is essential to have some measures that aim to promote the school success of this population, namely, the articulation between CAT and the school, participation in extracurricular activities and the monitoring carried out by the CAT educator and by social technicians.

Keywords: Institutionalized child / youth; institutionalization; academic success; foster care; CAT

Índice

Resumo.....	i
Abstract	ii
Índice: figuras e tabelas.....	iv
Siglas e abreviaturas.....	v
Introdução.....	1
Capítulo I – Enquadramento da pesquisa	2
1. O sucesso escolar: fenómeno complexo e multidimensional.....	2
1.1. As variáveis implicadas no fenómeno/desempenho escolar	2
1.2. As especificidades das crianças/jovens institucionalizadas	3
2. Crianças e Jovens institucionalizadas	6
2.1. Sistema de protecção à criança/jovem em perigo	6
2.2. A institucionalização de crianças e jovens em Portugal.....	9
2.3. Tipos de acolhimento	11
Capítulo II – Metodologia	12
Capítulo III – Análise e discussão de resultados	16
1. O processo de institucionalização	16
2. A integração destes alunos no ambiente escolar	17
3. O desempenho escolar	19
4. As dificuldades sentidas na promoção do sucesso escolar	21
5. A interação entre a escola e a instituição	24
Conclusão.....	26
Referências Bibliográficas	29
Anexos.....	33
Anexo A	33
Anexo B.....	34
Anexo C.....	35
Anexo D	37

Índice

Índice figuras

Figura 1 – Intervenção Subsidiária no Perigo7

Índice tabelas

Tabela 1 – Caracterização da amostra de entrevistados.....14

Siglas e abreviaturas

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

Relatório CASA – Relatório Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

Introdução

Esta dissertação do Mestrado em Educação e Sociedade, intitulada A Institucionalização de Crianças/Jovens e o seu Desempenho Escolar tem como principal objetivo conhecer as práticas e as representações dos profissionais da instituição de acolhimento residencial na promoção do sucesso escolar das crianças/jovens institucionalizadas. Os objetivos específicos passam por (i) sistematizar quais os fatores que, na perspetiva dos profissionais inquiridos, promovem o sucesso escolar das crianças/jovens institucionalizados; e (ii) conhecer a relação entre os profissionais da instituição com a escola frequentada pelas crianças/jovens institucionalizados.

Hoje em dia, o tema da institucionalização de crianças/jovens é um tema cada vez mais abordado pelos investigadores. A verdade é que as crianças/jovens institucionalizadas são uma população vulnerável tanto a nível económico e social, como também a nível educacional. Esta população apresenta, na maioria dos casos, défices ao nível do sucesso escolar, fraco desempenho escolar e um forte desinteresse pela escola (Zetlin et al., 2004).

Assim, torna-se importante analisar e compreender o papel que os técnicos do CAT assumem na promoção do sucesso escolar, nomeadamente quais as práticas e as estratégias utilizadas que visam aumentar o interesse e o rendimento escolar destes alunos.

Além disso, os professores dos alunos institucionalizados têm um papel ativo no que diz respeito ao sucesso escolar destas crianças/jovens. Os professores lidam com eles diariamente e percebem quais são as fragilidades e as potencialidades de cada um deles. Portanto, é essencial existir uma troca de conhecimentos entre a escola e o CAT sobre as crianças/jovens.

A presente dissertação encontra-se organizada em 3 capítulos distintos. No capítulo I, Enquadramento da Pesquisa, é abordada a dimensão conceptual baseada em eixos teóricos: o sucesso escolar onde se aborda questões relacionadas com as variáveis implicadas no desempenho escolar; as especificidades gerais das crianças/jovens institucionalizados; e, a institucionalização das crianças e jovens em Portugal, assim como os tipos de acolhimento existentes. No capítulo II, Metodologia, é apresentado o campo empírico, a metodologia (paradigma, abordagem e tipo de estudo), assim como as técnicas de recolha de dados. Além disso, neste capítulo está também presente a explicação de todo o processo de recolha de dados. Por fim, no capítulo III, Análise e discussão dos resultados, são apresentados, analisados e discutidos todos os resultados obtidos, tendo como base o enquadramento da pesquisa.

Capítulo I – Enquadramento da pesquisa

1. O sucesso escolar: fenómeno complexo e multidimensional

1.1. As variáveis implicadas no fenómeno/desempenho escolar

A escola é vista como um local de troca de conhecimentos/ensinamentos, porém estes ensinamentos transmitidos às crianças são efetuados à força e não por livre consentimento por parte das mesmas (Canário, 2005).

A escola acaba por fazer aquilo que diz que não é correto fazer, ou seja, as próprias escolas criam desigualdades. De forma a combater estas desigualdades é essencial pensar/construir uma escola do futuro que assente em três princípios fundamentais: 1) escola direcionada para aprender pelo trabalho e não para o trabalho; 2) a escola deverá ser um local onde se desenvolve as aprendizagens; 3) e, por fim, a escola como local onde se adquire interesse pela política. Se estes três princípios forem colocados em prática, as situações existentes de desigualdade social em âmbito escolar são colocadas de parte e todos os alunos são vistos de igual forma perante a escola (Canário, 2005).

Porém, de acordo com Amado et al. (2003:41), existem algumas estratégias que poderão ser utilizadas, sendo estas, um desenvolvimento curricular, tendo em conta a cultura e as experiências de vida do aluno; um diversificado leque de estratégias de ensino que irá permitir ao aluno vivenciar as mais diversas experiências; uma aprendizagem em contexto que permite o trabalho/aprendizagem em grupos; e, por fim, o desenvolvimento de capacidades de raciocínio. Utilizando estas estratégias, o professor irá conseguir cativar de forma mais eficaz a atenção do aluno de forma a que o mesmo intervenha em todas as ações desenvolvidas e assim aprenda fazendo.

Assim sendo, os docentes são fundamentais para o percurso escolar das crianças/jovens institucionalizados. O comportamento dos docentes influencia a opinião que os alunos têm da escola, assim como a motivação para o próprio percurso escolar, isto é, quando os professores apoiam, estimulam e incentivam as crianças e jovens, estes vão sentir-se auxiliados garantindo assim ganhos em termos de auto-estima, sentimento de integração na comunidade escolar e, conseqüentemente, irão melhorar o seu desempenho escolar (Hughes, Cavell e Willson, 2001, citado por Caldeira e Serpa, 2013: 113).

Além disso, é evidente que as escolas desempenham um papel fundamental, tendo as duas vertentes, ou seja, podem contribuir para o insucesso escolar como podem contribuir para o sucesso escolar.

Segundo um estudo desenvolvido por Seabra et al. (2014), é possível reiterar que quando os alunos pertencentes a famílias socialmente mais desfavorecidas frequentam escolas em que o tipo de população é predominantemente deste perfil social, tal facto, irá aumentar a probabilidade de os resultados escolares, nas provas nacionais, serem negativos.

Hoje em dia, as escolas têm, forçosamente, que se adaptar não só às características de cada criança, como, fundamentalmente, às exigências resultantes das histórias e das circunstâncias de vida dos alunos que estão em situação de institucionalização. Existem as mais variadas formas de respostas para estes alunos, como por exemplo, a retenção, o ensino especial, a repetição das aulas anteriormente lecionadas, porém todas estas respostas não apresentam resultados positivos no nível de aprendizagem. Além disso, prejudica o envolvimento do aluno nas matérias lecionadas (Amado et al., 2003).

De acordo com Almeida e Vieira (2006), as crianças e jovens devem ver a escola não apenas como um lugar de aprendizagem e transmissão de conhecimentos, mas também um lugar de construção da própria identidade infantil e juvenil.

1.2.As especificidades das crianças/jovens institucionalizados

As crianças/jovens institucionalizados são sujeitas a constantes mudanças e a muitas experiências de vida que condicionam a capacidade de interação com os outros, o que vai tornar difícil a integração dos mesmos nas escolas, condicionando assim o sucesso escolar destas crianças e jovens (Siqueira et al., 2010). Brandão (2015) também afirma que as crianças/jovens institucionalizadas, derivado às suas histórias de vida, experienciam inúmeras situações que condicionam a interação com os outros. Tal facto prejudica a integração tanto no CAT como na escola e na comunidade.

De acordo com Berridge (2012) citado por Trigo (2015), a escola é uma dimensão que tem sido bastante negligenciada no que toca à intervenção com crianças/jovens institucionalizados devido ao facto de se presumir a impossibilidade de sucesso escolar nestas crianças/jovens. Porém, a dimensão educacional é um fator essencial na vida das crianças/jovens institucionalizados devido à natureza protetora que a formação escolar assume no percurso de vida de uma criança ou adolescente. Hojer e Johansson (2013) e Jackson e Hojer (2013) citado

por Trigo (2015) referem que a escola é um elemento essencial na vida destas crianças/jovens podendo transmitir algum sentido de responsabilidade e normalidade às crianças/jovens que têm um ambiente familiar desadequado e que, posteriormente, serão institucionalizadas podendo desenvolver novas relações sociais num ambiente acolhedor e estruturado.

Apesar de o processo de institucionalização das crianças/jovens ter como um dos objetivos evitar a exclusão e a marginalidade, as próprias vivências passadas destas crianças/jovens não permitem que a integração das mesmas na sociedade, incluindo no meio escolar, seja eficaz. Isto é, as histórias de vida de cada criança/jovem perturbam, direta ou indiretamente, o processo de integração na sociedade, nomeadamente, nas escolas (Amado et al., 2003).

As crianças/jovens, quando institucionalizadas, apresentam um défice, no que concerne à motivação para a aprendizagem. Os alunos mostram-se desinteressados, o que leva a uma dificuldade acrescida no processo de aprendizagem. Assim sendo, é notório que não é apenas responsabilidade da escola o sucesso/insucesso escolar destas crianças/jovens. Porém, devem ser criadas respostas que procurem combater as lacunas existentes no processo de aprendizagem destas crianças/jovens (Amado et al, 2003).

Além disso, as crianças/jovens institucionalizadas sentem que a escola não lhes pertence (Silva, 2010). Estas mesmas crianças/jovens sentem que a escola não tem em consideração as histórias e as experiências de vida que têm e também sentem que a escola não entende a vida desprotegida que levam (Baganha e Matos (2003) citado por Silva (2010)). Estes mesmo autores afirmam que a falta de consideração que a escola tem pelas histórias de vida destas crianças/jovens é derivada de a escola não ter condições de lidar com a heterogeneidade do grupo de crianças.

De acordo com CASA 2017, cerca de 91% das crianças/jovens institucionalizados encontram-se a frequentar Respostas Educativas e Formativas, Creches e Educação Pré-Escolar. Dos restantes 9% de crianças e jovens que não se encontram integradas nas escolas, creches e jardins-de-infância, 3,3% são crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 3, ou seja, ainda não estão integradas no ensino pré-escolar, 1,6% encontram-se à procura de emprego, 1,3% encontram-se inseridos no mercado de trabalho, 1,2% são crianças portadoras de deficiências graves ou doenças crónicas e, por fim, 0,5% encontram-se no serviço militar.

As escolas apresentam um papel fundamental na integração das crianças e jovens no ambiente escolar. No entanto, este processo de adaptação deve, imprescindivelmente, ser

efetuado com o apoio e cooperação das instituições. Além disso, as instituições devem proporcionar as condições necessárias para que as crianças e jovens tenham um local de estudo adequado.

Alguns estudos revelam que as crianças/jovens que se encontram em situação de acolhimento residencial apresentam resultados educativos significativamente mais baixos comparativamente com as restantes crianças (Trigo, 2015). Assim, é evidente que estamos perante uma população bastante mais vulnerável a nível educacional.

O sucesso escolar, assim como o seu oposto, o insucesso escolar, são dois conceitos complexos que preocupam não só todos os agentes relacionados com o sistema educativo como também toda a sociedade no geral (Silva e Duarte, 2012).

De um modo geral, o sucesso escolar está relacionado com o desempenho escolar das crianças/jovens, enquanto que, o insucesso escolar é caracterizado pelo baixo rendimento escolar das crianças/jovens. Os sucessos/insucessos são influenciados conforme o contexto, isto porque existem variadas formas de avaliar uma competência igual, podendo variar também conforme os estabelecimentos de ensino (Silva e Duarte, 2012).

Alguns estudos revelam que as crianças/jovens institucionalizados têm uma atitude diferente das crianças/jovens não institucionalizados perante a escola. As crianças/jovens institucionalizados apresentam uma atitude de auto-estima negativa, desinteresse, insucesso escolar, abandono escolar sem obter um grau mínimo de escolarização e, frequentemente, comportamentos desviantes e marginais (Torres, 1994, citado por Amado et al., 2003:33).

Relativamente ao desinteresse escolar, existe uma forte ligação entre os possíveis antecedentes ligados à vida escolar (isto é, a perceção que os alunos têm sobre as matérias lecionadas afirmando que são inúteis; o pouco interesse demonstrado pelos alunos e professores; e, a falta de motivação), as premissas exteriores à escola (ou seja, o ambiente familiar e o desinteresse por parte dos pais) e as respetivas consequências que são precisamente o insucesso escolar, o desinteresse por todas as atividades realizadas na escola, as faltas, as agressões e a indisciplina na sala de aula (Robinson, 1978 citado por Amado et. al., 2003). Esta ligação entre estes três fatores demonstra a problemática escolar existente nas crianças/jovens institucionalizados (Perrenoud, 1993, citado por Amado et al., 2003).

No entanto, em situação de desinteresse escolar deveria de existir uma intervenção por parte dos professores, de forma a haver uma modificação. Porém, na maioria das vezes, não é o que

acontece, antes pelo contrário, a situação de desinteresse escolar servirá para justificar os casos de indisciplina e insucesso escolar (Amado et al., 2003).

De acordo com outros autores (Moncada, 1985 citado por Amado et al., 2003), o desinteresse nas aulas e o aborrecimento são derivados da escolaridade obrigatória.

Além disso, a maioria das crianças/jovens institucionalizados encontram-se, por norma, a frequentar anos escolares que não correspondem à idade dos mesmos, ou seja, existem muitas retenções escolares por parte destas crianças e jovens (Medeiros et al., 2008).

Contudo, a escola também apresenta fatores que poderão contribuir para a promoção do sucesso escolar, nomeadamente, a boa relação desenvolvida com a instituição de ensino; a relação estabelecida com os professores, assim como, os métodos de ensino (Silva e Duarte, 2012). Um outro fator que pode contribuir fortemente para o sucesso escolar é o trabalho em equipa, onde é possível desenvolver laços sociais com os diversos atores sociais (Abrantes e Veloso, 2013).

De acordo com Delgado (2008), as crianças/jovens institucionalizados devem desenvolver várias tarefas com vista a combater possíveis dificuldades de aprendizagem, sendo estas, aprender a ler cedo e fluentemente; ter acesso a diversos livros; ter alguém junto das mesmas que valorize a educação; ter amigos que não se encontram institucionalizados com bons resultados escolares; desenvolver atividades extracurriculares; frequentar a escola regularmente; e, por fim, ter uma pessoa adulta de referência que ajude a criança/jovem, em questão, nos estudos, mantendo uma boa relação com a mesma.

Posto isto, não é possível atribuir somente os baixos resultados escolares das crianças/jovens institucionalizados às mesmas. As características do ambiente escolar, as características do ambiente institucional, assim como as características do ambiente familiar também influenciam os resultados escolares das crianças/jovens institucionalizados.

2. Crianças e Jovens institucionalizados

2.1. Sistema de proteção à criança/jovem em perigo

O tema das crianças/jovens em perigo é encarado como um assunto complexo, podendo ser encarado sob diferentes perspetivas (Catarino, 2018). Por norma, quando se aborda este tema, toda a população tem conhecimento do que se trata, porém, na prática, a maioria da população não sabe lidar com a realidade, uma vez que irão defrontar-se com inúmeros problemas ao nível

A Institucionalização de crianças/jovens e o seu Desempenho Escolar

da identificação, do diagnóstico assim como do método de intervenção nos mais variados contextos (Reis, 2009).

A intervenção junto das crianças e jovens que se encontram em situação de perigo deve ser executada pelas entidades públicas e privadas com atribuições em matéria de infância e juventude, pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e, somente, em último caso pelos tribunais. As CPCJ só atuam quando as Entidades de Primeira Linha se mostram como insuficientes para afastar o perigo da criança. Nestes casos, torna-se necessário existir uma medida de promoção e proteção, sendo esta uma competência das CPCJ e dos tribunais, de modo a proteger a criança do perigo existente.

Através da análise da figura 1, é possível verificar a responsabilidade que todos os agentes sociais têm em prol da promoção e proteção da criança e jovem. Todas as entidades públicas e privadas têm a responsabilidade de promover apoios em fases precoces do perigo, de forma a evitar que sejam necessário as CPCJ e os tribunais implementarem uma medida de promoção e proteção (Brandão, 2015).



Figura 1 - Intervenção Subsidiária no Perigo

A lei nº147/99 de 1 de setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, sofreu modificações ao longo do tempo tendo sido alterada e republicada quatro vezes, sendo estas, pela primeira vez através da lei nº31/2003 de 22 de agosto onde constam alterações relacionadas com o processo de adoção; pela segunda vez através da lei nº142/2015 de 8 de setembro onde se continua a dar relevância à promoção e proteção dos direitos das crianças, sendo que as principais alterações são ao nível de “(...) operacionalizar o funcionamento das entidades

competentes nesta área, reforçar o papel das instituições sociais na prevenção de situações de perigo (...) e, por último, reforçar a articulação da intervenção de base, (...) com o intuito de promover os direitos das crianças/jovens.” (Ferreira, 2016:8); pela terceira vez através da lei nº23/2017 de 23 de maio onde as principais alterações recaem sobre o alargamento do período de proteção até aos 25 anos de idade, sempre que haja processos educativos ou de formação profissional; e, por fim, pela quarta vez através da lei nº26/2018 de 5 de julho, sendo as alterações ao nível da regulação do estado jurídico das crianças/jovens de nacionalidade estrangeira acolhidos em instituições do Estado ou equiparados. Esta última republicação, lei nº26/2018 de 5 de julho, é a que se encontra atualizada, sendo a mesma que irá ser referida ao longo da investigação.

Em Portugal, o sistema de proteção à criança/jovem em perigo rege-se pelo Código Civil, pela LPCJP (Lei nº 26/2018 de 5 de julho), a Lei Tutelar Educativa (Lei nº 166/99 de 14 de setembro) e, por fim, as diretivas comunitárias e internacionais relativas às questões de infância e juventude, nomeadamente, a Convenção dos Direitos da Criança, ratificada em 1990 (Ferreira, 2009).

A LPCJP, lei nº 26/2018 de 5 de julho, tem como principal objetivo promover os direitos e proteger as crianças e jovens dos perigos, regulando a intervenção social do Estado e da comunidade nas situações de perigo. De acordo com o artigo 4º da LPCJP a intervenção para a promoção dos direitos e proteção das crianças em situações de perigo obedece-se aos seguintes princípios: a) Superior interesse da criança; b) Privacidade; c) Intervenção precoce; d) Intervenção mínima; e) Proporcionalidade e atualidade; f) Responsabilidade parental; g) Prevalência da família; h) Obrigatoriedade de informação; i) Audição obrigatória e participação; j) Subsidiariedade.

Ainda de acordo com a LPCJP, lei nº 26/2018 de 5 de julho, que tem como principal objetivo proteger as crianças e jovens que se encontram em situações de perigo garantindo o seu bem-estar e desenvolvimento integral, considera-se que a criança e jovem está em perigo quando se verifica uma ou mais das seguintes situações:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;

A Institucionalização de crianças/jovens e o seu Desempenho Escolar

- d) Está aos cuidados de terceiros, durante o período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;
- e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetam gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- g) Assume comportamentos ou se entrega na atividade ou consumos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimentos sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação;
- h) Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional.

Considera-se criança a pessoa que tenha menos de 18 anos de idade ou que tenha menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos de idade.

2.2. A institucionalização de crianças e jovens em Portugal

A institucionalização de crianças e jovens em Portugal é a última medida de proteção das crianças/jovens, ou seja, é o último tipo de intervenção social aplicado quando a família não apresenta as condições necessárias para que as crianças estejam em segurança (Siqueira et. al, 2010). De acordo com Alves (2007) quando as famílias não apresentam as condições necessárias para que as crianças permaneçam junto delas, sejam estas famílias biológicas, nucleares ou alargadas, deve haver um esforço para envolver essas mesmas famílias no processo de acolhimento.

As principais razões da institucionalização são a negligência, o abandono, os maus tratos físicos e a carência socioeconómica (Siqueira et. al., 2010). De acordo com CASA (2017), a negligência é o principal motivo da institucionalização, isto é, a falta de supervisão e de acompanhamento familiar por parte das famílias.

Em Portugal, no ano de 2017, 7.553 crianças e jovens encontravam-se em situação de acolhimento, sendo que 5.735 iniciaram o acolhimento nos anos anteriores e 2.202 iniciaram o acolhimento no ano de 2017 (CASA 2017).

A Institucionalização de crianças/jovens e o seu Desempenho Escolar

Relativamente à distribuição geográfica, os distritos de Porto e Lisboa são os que apresentam números mais elevados de crianças e jovens em situação de acolhimento, 1250 e 1390 respetivamente. Por outro lado, os distritos de Évora e Portalegre são os que apresentam números mais baixos de crianças e jovens em situação de acolhimento, 138 e 145 respetivamente.

Fazendo uma análise comparativa das crianças e jovens que iniciaram o acolhimento entre 2016 e 2017 verifica-se que em 2017 existiu uma queda de 8%, relativamente a 2016. Tal facto poderá estar relacionado com as melhorias existente ao nível do trabalho de intervenção das entidades. É fundamental que haja uma intervenção, não só com as crianças e jovens, mas também com os pais e famílias desenvolvendo estratégias de suporte social e financeiro, de forma a que os pais e famílias detenham formações sociais e parentais para os auxiliar a ultrapassar as suas dificuldades e, assim, desenvolver as suas potencialidades assegurando a educação e o desenvolvimento dos filhos.

Contudo, desde 2008 até 2017, houve uma descida significativa do número de crianças e jovens institucionalizados. Em 2008 estavam 13.910 crianças e jovens em situação de acolhimento, sendo que em 2017 estariam apenas 10.410 havendo assim um decréscimo de 25% (CASA 2017).

A institucionalização das crianças/jovens é sempre um processo difícil que acarreta inúmeros sentimentos nas crianças, podendo estes ter impactos tanto positivos como negativos.

A vivência na instituição poderá trazer impactos negativos na vida das crianças/jovens, nomeadamente ao nível do desenvolvimento emocional e social das crianças/jovens devido à forma como as instituições estão organizadas e também ao afastamento das famílias. As crianças/jovens, quando institucionalizadas, têm a sua vida excessivamente controlada e não conseguem ter um espaço que seja somente delas (Alberto, 2002).

Por outro lado, a institucionalização também traz aspetos positivos na vida das crianças, nomeadamente o facto de ser um lugar seguro que substitui a família quando a mesma coloca a vida da criança ou jovem em risco. É um espaço onde as crianças e jovens têm algumas vantagens nomeadamente a vivência em grupo e, conseqüentemente, o desenvolvimento de competências sociais (Zurita e Fernandez del Valle, 1996, citado por Martins, 2005).

2.3. Tipos de acolhimento

O acolhimento residencial é uma resposta social que somente deverá ser utilizada quando se esgotarem todas as possibilidades de responder às necessidades das crianças e jovens através de outra resposta. Este acolhimento tem como objetivo contribuir para a adoção de medidas e condições que garantam a satisfação física, psíquica, emocional e social das crianças/jovens (Art. 49º da Lei nº 26/2018 de 5 de julho).

O acolhimento residencial acontece em casas de acolhimento que são organizadas por unidades especializadas, sendo estas, casas de acolhimento para resposta em situações de emergência; casas de acolhimento para resposta a problemáticas específicas e necessidades de intervenção educativa e terapêutica evidenciadas pelas crianças e jovens a acolher; e, por fim, apartamento de autonomização para o apoio e promoção de autonomia dos jovens (Art. 50º da Lei nº 26/2018 de 5 de julho).

No que concerne à integração no acolhimento, a medida estipulada para o acolhimento residencial é planeada ou, em situações de emergência, urgente. Quando a integração é planeada acontece uma preparação para a integração da criança/jovem na casa de acolhimento, isto é, existe troca de informações importantes entre as três entidades responsáveis pelo acolhimento, nomeadamente, a entidade que aplica a medida; a entidade responsável pela gestão de vagas em acolhimento; e, por fim, a instituição responsável pelo acolhimento (Art. 51º da Lei nº 26/2018 de 5 de julho).

Ainda no caso da intervenção planeada, a criança/jovem está ocorrente da situação assim como a respetiva família (Art. 51º da Lei nº 26/2018 de 5 de julho).

Relativamente à integração urgente da criança/jovem em casa de acolhimento, esta é determinada quando existe a necessidade de proteção da criança/jovem aquando de uma situação de emergência. Nestes casos, não existe planificação para a integração como acontece na integração planeada, regendo-se apenas por modelos procedimentais direcionados para a proteção na crise (Art. 51º da Lei nº 26/2018 de 5 de julho).

Capítulo II – Metodologia

Este capítulo tem como objetivo explicitar a metodologia adotada no presente estudo. Desta forma, encontra-se dividido em três pontos fundamentais, sendo estes, os métodos de pesquisa (paradigma, abordagem e o tipo de estudo); o campo de pesquisa (universo e campo empírico); e, por fim, as técnicas de recolha de dados.

Métodos de Pesquisa

Uma investigação deve ser constituída por um paradigma, uma abordagem e um tipo de estudo. O presente estudo é caracterizado por um paradigma qualitativo, uma abordagem indutiva e um estudo descritivo.

O paradigma qualitativo, tendo uma perspetiva mais interpretativa e construtiva, implica que o investigador esteja presente no campo, observe os acontecimentos, faça os próprios juízos de valor e que, acima de tudo, analise todos os acontecimentos. Além disso, neste paradigma, é fundamental que o investigador mantenha sempre a sua capacidade interpretativa, de forma a não perder o contacto com o desenvolvimento do acontecimento (Meirinhos e Osório, 2010).

Uma vez que o presente estudo pretende analisar/identificar as práticas profissionais que visam promover o sucesso escolar das crianças/jovens institucionalizados, o paradigma qualitativo julga-se ser o mais adequado para o desenvolvimento deste estudo.

No que diz respeito à abordagem, a presente investigação assenta numa abordagem indutiva, uma vez que “parte-se da observação de factos ou fenómenos cujas causas se deseja conhecer.” (Gil, 2008:10). Além disso, o método indutivo “(...) parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior ao trabalho de coleta de dados particulares.” (Gil, 2008:10).

Por fim, no que concerne ao tipo de estudo, é um estudo descritivo, visto ter como objetivo a análise de características de uma determinada população. (Gil, 2008).

De acordo com Meirinhos e Osório (2010), o estudo de caso é considerado como uma estratégia de investigação, tendo em comum várias características da investigação qualitativa. O estudo de caso apresenta algumas vantagens, nomeadamente “(...) a sua aplicabilidade a situações humanas, a contextos contemporâneos de vida real.” (Dooley, 2002 citado por

Meirinhos e Osório, 2010:52). Tal como afirma Gil (2008), o estudo de caso é caracterizado por um estudo profundo de um objeto, para que seja possível adquirir conhecimentos do que se pretende.

Após análise das mais variadas definições de estudo de caso, chega-se à conclusão de que este trará mais-valias na presente investigação, na medida em que permitirá conhecer de mais perto e mais detalhadamente o papel da equipa técnica da instituição, responsável pelo acolhimento residencial, na promoção do sucesso escolar dessas crianças/jovens, em articulação com a escola.

Universo e Campo Empírico

A presente investigação será desenvolvida no Centro de Acolhimento Temporário **Balão Azul** e no Agrupamento de Escolas frequentado por essas crianças/jovens. Com o objetivo de realizar um estudo de caso, houve alguns critérios a ter em consideração, nomeadamente, uma instituição de acolhimento onde estivessem acolhidas crianças/jovens a frequentar o 1º, 2º e 3º ciclo e uma escola que fosse frequentada por essas crianças/jovens.

Relativamente ao CAT, a investigação incidiu no universo, uma vez que serão inquiridos todos os elementos da equipa técnica, ou seja, três elementos.

Enquanto nas escolas, apenas serão inquiridos os diretores de turma/titulares de turma das crianças/jovens institucionalizados, ou seja, quatro professores, tratando-se de uma amostra não probabilística de carácter intencional, escolhidas tendo em conta os alunos institucionalizados.

O universo e a amostra foram determinados tendo em conta os objetivos da investigação, de forma a haver respostas mais adequadas, permitindo assim, uma melhor compreensão do tema em análise.

Na tabela 1, estão elementos de caracterização dos docentes e técnicos do CAT inquiridos.

Tabela 1 – Caracterização da amostra de entrevistados

Designação	Género	Nível de ensino	Formação Académica	Tempo de serviço na escola / instituição	Cargo que desempenha na escola / instituição
Entrevistado 1 (E1)	Feminino	1º ciclo (1º e 2º ano)	Licenciatura	18 anos	Professora Titular de Turma
Entrevistado 2 (E2)	Feminino	1º ciclo (3º e 4º ano)	Bacharelato	2 anos	Professora Titular de Turma
Entrevistado 3 (E3)	Feminino	3º ciclo e secundário	Mestrado	3 anos	Professora Diretora de Turma
Entrevistado 4 (E4)	Feminino	3º ciclo e secundário	Licenciatura	1 ano	Professora Diretora de Turma
Entrevistado 5 (E5)	Feminino	_____	Licenciatura	12 anos	Educadora de Infância
Entrevistado 6 (E6)	Feminino	_____	Licenciatura	12 anos	Assistente Social
Entrevistado 7 (E7)	Feminino	_____	Licenciatura	8 anos	Psicóloga e Diretora Técnica

Fonte: Dados obtidos pelas entrevistas

Técnica de recolha de dados

A entrevista é uma das técnicas mais utilizadas em trabalhos científicos, uma vez que permite extrair uma imensidade de informações, permitindo realizar um trabalho coerente e rico (Júnior et al., 2011). É considerada como uma forma de interação social, onde uma das partes pretende obter informação sobre determinados assuntos e a outra parte transmite a informação, ou seja, é vista como uma fonte de informação (Gil, 1999 citado por Júnior et al., 2011).

Contudo, esta técnica de recolha de dados também apresenta algumas limitações, sendo estas, a falta de interesse do entrevistado; a dificuldade de compreensão do significado das perguntas; e, a possibilidade de existir respostas falsas (Gil, 1999 citado por Júnior et al., 2011).

Numa fase inicial, as entrevistas seriam baseadas num tipo de estrutura semidiretiva ou semiestruturada, que é uma técnica que permite que haja uma abertura entre o entrevistador e o entrevistado, sendo possível aprofundar um determinado assunto (Amado e Ferreira, 2013). Porém, devido à situação Pandémica que afetou o Mundo, as entrevistas basearam-se num tipo de estrutura diretiva. Neste tipo de entrevistas está presente um guião estruturado onde não é possível questionar nada mais além do que já está escrito no guião, isto é, não permite

desenvolver mais os temas tendo em consideração as respostas que são fornecidas (Boni e Quaresma, 2005).

No decorrer da análise das entrevistas é perceptível que, tal facto, influencia os resultados obtidos sendo estes muito diretos à questão não havendo oportunidade de aprofundar os temas tal como havia sido planeado.

Após todos os procedimentos necessários para iniciar o estudo, foram efetuadas entrevistas diretivas aos técnicos do CAT. Além disso, e tendo em conta os objetivos do estudo, foram também efetuadas entrevistas diretivas aos professores titulares de turma/diretores de turma dos alunos do CAT. Os professores foram inquiridos com o principal objetivo de complementar a informação dada pelos técnicos da instituição sobre a articulação existente entre a escola e o CAT, de modo a promover o sucesso escolar. Foram inquiridos quatro professores e três técnicos.

Derivado ao facto de não ter sido possível aprofundar determinados assuntos tendo em conta as respostas fornecidas, este estudo tornou-se um pouco mais pobre e restrito às informações fornecidas.

Foram efetuados dois guiões de entrevistas diferentes, um para os professores titulares de turma/diretores de turma e outro para os técnicos do Centro de Acolhimento Temporário.

Na entrevista realizada aos técnicos do CAT foram efetuadas questões sobre três tópicos, sendo estes os seguintes: (1) Institucionalização; (2) Desempenho Escolar e (3) Relação instituição – escola (Anexo D).

Relativamente à entrevista realizada aos professores, foram efetuadas questões relativas a quatro tópicos, nomeadamente, (1) Conhecimento dos alunos institucionalizados; (2) Inserção do aluno no ambiente escolar; (3) Sucesso Escolar e (4) Relação escola – CAT (Anexo C).

Capítulo III – Análise e discussão de resultados

1. O processo de institucionalização

As crianças e jovens institucionalizados apresentam características muito particulares que têm de ser tidas em consideração quando se aborda o sucesso/insucesso escolar relativo a estas mesmas crianças/jovens.

O período de institucionalização destas crianças e jovens é, na maioria dos casos, muito superior ao esperado, sendo que no CAT a média varia entre um a cinco anos. Nos últimos três anos, o número de crianças institucionalizados aumentou significativamente. Porém, no último ano os números têm vindo a diminuir, possivelmente, devido ao facto da legislação relativamente à institucionalização de crianças e jovens em perigo ir sofrer algumas alterações.

“O tempo em média é muito superior ao esperado. Neste momento as crianças e jovens ficam connosco uma média de 1, 5 anos.” (Entrevistado 7, técnica CAT)

“Nos últimos três anos aumentou, mas no último ano diminuiu, talvez porque a legislação do acolhimento irá mudar brevemente.” (Entrevistado 6, técnica CAT)

Antes de mais, é essencial saber quais são os principais motivos da institucionalização destas crianças. De acordo com Siqueira et al. (2010), os principais motivos da institucionalização das crianças/jovens são a negligência, o abandono, os maus tratos físicos e a carência socioeconómica. Todos os técnicos inquiridos afirmaram que a institucionalização se deve a diversos fatores ou a um acumular deles, porém, os principais são a negligência parental e o absentismo escolar. Também para os professores se torna importante conhecer a história de vida destas crianças/jovens não só pelo facto de explicar/justificar algumas atitudes que as crianças/jovens tenham, mas também porque facilita a relação entre aluno e professor e, ao mesmo tempo, permite conhecer a realidade e as motivações de cada aluno.

“É importante nós conhecermos a história de vida deles porque por vezes eles têm reações e maneiras de ser e de estar que, para nós, é completamente inconcebível, mas conhecendo a vida desses alunos torna-se mais fácil percebermos o porquê desse tipo de atitudes e ao mesmo tempo ajudá-los.” (Entrevistado 1, professora).

“Parece-me importante para facilitar a relação entre aluno e professor, contudo, é imperativo percebermos a necessidade de nos mantermos isentos de qualquer julgamento precipitado.” (Entrevistado 4, professora).

2. A integração destes alunos no ambiente escolar

As vivências dos alunos institucionalizados e as histórias de vida de cada um constituem uma fragilidade no que concerne à integração dos mesmos na sociedade, incluindo no meio escolar (Amado et al., 2003).

De acordo com Brandão (2015), as crianças/jovens, além de aprendem a socializar com os outros na escola, também é nesse mesmo local que estabelecem as relações de amizades. Contudo, estas vivências com os outros também lhes podem causar situações dramáticas que podem influenciar a vida das crianças/jovens. Tendo em conta as respostas dos professores inquiridos, estes alunos, por vezes, sofrem alguma discriminação por parte de outros colegas devido ao facto de não se conseguirem integrar no ambiente escolar. Porém os professores inquiridos afirmam que tal situação, na maioria dos casos, não é muito visível no ambiente escolar, existindo sempre alguns colegas que referem alguns comentários menos agradáveis. A relação dos colegas com os alunos institucionalizados é uma relação normal e, em alguns casos, até de interajuda. Contudo, tal facto está dependente das características de cada criança, isto é, há crianças que percebem e apresentam uma certa sensibilidade para estas situações que outras não apresentam.

A relação destes alunos com os adultos, sejam professores ou assistentes operacionais é agradável, no sentido, em que existe uma relação de carinho e de apoio essencial na vida destas crianças, facto verificado pelos autores Mota & Matos (2010) que afirmam que os adultos pertencentes à comunidade educativa assumem um papel preponderante na regulação emocional e na integração das crianças/jovens. Além disso, o professor é visto pelas crianças/jovens como a figura que faz cumprir as regras, os valores e as normas tendo em consideração as características de cada aluno (Brandão, 2015).

“Relativamente aos professores e assistentes operacionais, estes tentam ser o mais amistosos possível, mesmo quando ele tem crises em que leva tudo à sua frente. A reação do aluno por vezes não é a melhor, pelo menos até se acalmar, pois insulta e às vezes até tenta agredir quem o rodeia.” (Entrevistado 2, professora).

A Institucionalização de crianças/jovens e o seu Desempenho Escolar

“Por parte dos professores e auxiliares também não há qualquer tipo de estigmatização. Aliás, eu acho que até os próprios auxiliares os acolhem como uma ternura e com afeto que às vezes mais que aos outros. Não sei se é pelo facto de sentirem também que eles estão sozinhos não têm ali pai nem mãe e acabam por às vezes até os favorecerem em certas coisas. A relação deles com os adultos também é boa tanto com os auxiliares como com os professores. Parece que sentem ali um porto de abrigo.” (Entrevistado 1, professora).

Assim, considera-se que, salvo algumas exceções, não existe qualquer tipo de estigmatização perante estas crianças/jovens. A exceção existente é os colegas de etnia cigana que, por vezes, têm um sentimento de gozo para com estas crianças, verbalizando que os mesmos foram abandonados pelos pais.

“Na presente turma onde este aluno está inserido, como existem alunos de etnia cigana, acabam por o estar sempre a provocar, pois juntam-se em grupo (e trata-se de um grupo considerável, de cerca de metade da turma). Em vez de o apoiarem e manifestarem alguma cumplicidade e compreensão ainda tecem comentários pejorativos como aquele que “foi abandonado pela mãe”, “os pais não querem saber dele”, “não tem nada”, “não presta para nada”, entre outros.” (Entrevistado 2, professora).

Todas as crianças e jovens institucionalizados no CAT frequentam a escola. Porém, algumas crianças, mais precisamente as que frequentam o 3º ciclo, encontram-se desmotivadas perante a escola. Como afirma Robinson (1978) citado por Amado et al. (2003), o desinteresse escolar está relacionado não só com tudo o que acontece na vida escolar (pensamentos de matérias inúteis), mas também, com as situações exteriores à escola, isto é, ambiente familiar e desinteresse na vida escolar dos alunos por parte dos pais.

“Apenas os mais velhos (dois jovens do 9. Ano estão desmotivados), todos os outros encontram-se motivados, tendo em conta as suas faixas etárias.” (Entrevistado 5, técnica CAT).

Além de frequentarem as escolas, todas as crianças têm projetos de vida elaborados.

“As crianças/jovens institucionalizados têm projetos de vida elaborados, pela equipa Técnica da Casa de Acolhimento, pelas Técnicas que acompanham o seu APP (Acordo de

Promoção e Proteção), seja das CPCJ (comissão de Proteção de Crianças e Jovens) ou das EMAT (Equipa Multidisciplinar de Acessoria aos Tribunais).” (Entrevistado 6, técnica CAT).

3. O desempenho Escolar

A institucionalização em Portugal é a última medida de proteção das crianças e jovens, isto é, é o último tipo de intervenção social utilizado quando a família não apresenta as condições necessárias para que a criança/jovem esteja em segurança. (Siqueira et. al., 2010). Quando as crianças são institucionalizadas acabam por ter uma vida diferente da que tinham anteriormente e, como tal, todo este caminho traz aspetos positivos e negativos. Os aspetos negativos acabam por influenciar o desempenho escolar das crianças, na medida em que todas as vivências e histórias de vida passadas e todo o processo de institucionalização afeta emocionalmente as crianças/jovens (Alberto, 2002).

Os professores inquiridos manifestaram um ponto que poderá diferenciar os alunos institucionalizados dos alunos não institucionalizados, que é a sua parte emocional. Na generalidade, os alunos institucionalizados, apresentam grandes fragilidades na parte emocional, uma baixa autoestima, grandes carências e pouca vontade de evoluir em termos académicos, que naturalmente afetam o seu desempenho escolar e os torna um pouco diferentes dos restantes alunos. A parte emocional dos alunos institucionalizados encontra-se bastante debilitada devido às suas histórias de vida e ao facto de terem sido retirados à família e se encontrarem numa casa estranha, que inicialmente lhes provoca uma revolta interior muito grande e, por vezes, chegam mesmo a ser agressivos e mal-educados com os adultos. Porém, com o tempo, vão conseguindo saber estar e saber brincar com os outros, dentro da normalidade.

“São distintos dos restantes alunos no sentido em que a parte emocional deles não está bem porque de resto são miúdos exatamente iguais aos outros. Brincam e sabem estar exatamente como os outros. A parte emocional deles é que não está bem.” (Entrevistado 1, professora)

“São alunos com pouca motivação para o estudo, contudo é uma situação que não é muito diferente da que se verifica noutros alunos.” (Entrevistado 3, professora)

As crianças/jovens institucionalizadas obtêm resultados escolares significativamente mais baixos comparativamente com as restantes crianças/jovens (Trigo, 2015). Neste sentido, os quatro professores inquiridos afirmam que o desempenho escolar destes alunos

institucionalizados é consideravelmente baixo, bastante inferior à média da turma, devido à parte emocional. As crianças emocionalmente não estão bem e, neste sentido, não estão predispostas a novas aprendizagens. Sentem imensas dificuldades na realização das tarefas propostas devido ao pouco interesse que apresentam, sendo motivadas apenas através de atividades dinâmicas, muito reforço positivo e apoio individual.

“O desempenho escolar nem sempre é o melhor, temos tido alunos com ótimas capacidades, mas como referi atrás, eles a nível emocional não estão bem e não estando bem a nível emocional também não estão predispostos para a aprendizagem. E às vezes temos problemas com o desempenho escolar deles mesmo por causa disso porque eles acham que não vale a pena trabalhar, não vale a pena porque se sentem fragilizados sentem que não estão bem”. (Entrevistado 1, professora)

Após o horário escolar, as crianças e jovens têm, na instituição, uma educadora de infância, num espaço próprio com as devidas condições, que realiza com eles os trabalhos de casa, auxilia nos estudos e apoia na realização de outro tipo de atividades relacionadas com a escola, isto vai de encontro a um estudo realizado por Martin & Jackson (2012) onde é referido que as boas condições dos locais de estudos são vistas como um fator que contribui para o sucesso escolar das crianças/jovens. Além disso, de acordo com Delgado (2008), para combater alguns défices de aprendizagem é essencial que a criança/jovem institucionalizada tenha uma pessoa adulta, com quem mantenha uma boa relação, para a auxiliar em todas as tarefas relacionadas com a escola.

Estas atividades são feitas diariamente ou conforme necessidades das crianças/jovens, normalmente em conjunto, porém, quando há necessidade e possibilidade de forma individual. A educadora da instituição, Encarregada de Educação de todos os alunos institucionalizados, fica também responsável por realizar a ponte entre a instituição e a escola. Normalmente, a comunicação entre a escola e a instituição também é efetuada através de caderneta, e-mail ou presencial, tendo em conta a gravidade da situação. Além das crianças e jovens terem o apoio de uma educadora de infância, existem dois professores, pertencentes ao Agrupamento de Escolas frequentado pelas crianças/jovens, que estão destacados na instituição através do projeto CASA. Estes dois professores prestam também auxílio, dentro do possível, na realização dos trabalhos de casa e na execução de atividades dinâmicas com as crianças/jovens.

“Existe também um professor (ou mais) do agrupamento de escolas, com horas atribuídas ao CAT para acompanhar no estudo e fazer atividades com eles.” (Entrevistado 7, técnica CAT).

É notório e unânime em todos os técnicos entrevistados que os resultados escolares melhoram após institucionalização, facto explicado por terem com eles uma pessoa que os acompanha fora do meio escolar, que os incentiva, puxa por eles e transmite-lhes o carinho e a confiança que necessitam.

“Em todos as Crianças e Jovens melhora, pois têm alguém que os ama e que está cá para eles!!!” (Entrevistado 5, técnica CAT)

“Em todos as Crianças e Jovens melhora, pois têm alguém que os acompanha fora do recinto escolar, que os ajuda, que os pressiona, que investe neles.” (Entrevistado 7, técnica CAT).

A escola tem a função de ser um elemento facilitador na promoção do sucesso escolar destes alunos e, para isso, é extremamente importante a colaboração e o diálogo puro e sincero entre a escola e os Encarregados de Educação para que se consiga chegar ao aluno. Isto é, é importante ouvi-lo e fazê-lo perceber que os professores/adultos estão lá para eles, para os apoiar. Depois de eles confiarem no adulto, que está à sua frente, torna-se mais fácil chegarmos até eles e promovermos o sucesso escolar. É igualmente importante perceber quais são as necessidades de cada aluno e os recursos disponíveis para colmatar essas mesmas necessidades. A escola apresenta alguns fatores que podem contribuir para a promoção do sucesso escolar nomeadamente a boa relação desenvolvida com a instituição de ensino; a relação estabelecida entre professor – aluno; e, por fim, os métodos de ensino, ou seja, é importante utilizar métodos de ensino que cativem as crianças/jovens (Silva e Duarte, 2012). Além disso, um outro fator que deve ser realçado é o trabalho em equipa onde é possível desenvolver laços sociais com os restantes colegas (Abrantes e Veloso, 2013).

4. As dificuldades sentidas na promoção do desempenho escolar

Tanto a escola como a instituição sentem algumas dificuldades com vista a promover o sucesso escolar destas crianças/jovens. As principais dificuldades sentidas pela escola, entre várias, são: a desvalorização deles próprios, o desinteresse, a baixa expectativa escolar, etc. Além disso, acresce o facto de estes alunos serem acompanhados por técnicos da instituição e não chegar à escola feedback desses acompanhamentos. Estas dificuldades poderão ser colmatadas através

do diálogo, de um apoio muito individualizado, recorrendo à equipa multidisciplinar do agrupamento e através da sensibilização da importância da escola no seu futuro profissional e social.

“As dificuldades ao nível da falta de motivação dos alunos, têm sido contornadas sobretudo ao nível da sensibilização dos alunos para a importância da Escola na vida ativa/social futura.” (Entrevistado 3, professora)

“As dificuldades que nós sentimos é o sentimento de desvalorização que eles sentem, e não estando bem emocionalmente não estão preparados para aprender. Resolvemos através do diálogo, através de um apoio muito individualizado, através da equipa multidisciplinar da escola, com a intervenção da psicóloga, por muitas vezes até da assistente social, que colabora connosco no sentido de nos ajudar a colmatar algumas dificuldades que eles têm. Mas o que tem melhores efeitos acaba por ser o apoio da psicóloga do agrupamento, a conversa que nós temos com a instituição (CAT), a boa relação que temos com a instituição e, no fundo, o apoio individualizado e eles sentem-se bem emocionalmente connosco.” (Entrevistado 1, professora).

As principais dificuldades sentidas pela instituição no acompanhamento escolar é a falta de recursos humanos, isto é, existe apenas uma pessoa responsável por fazer o acompanhamento escolar destas crianças, podendo, em alguns dias, contar com o apoio dos docentes destacados na instituição. Porém, são muitas crianças a frequentarem anos escolares diferentes, muitas disciplinas, muitas matérias novas, tornando, por vezes, complicado o desempenho da educadora. Além disso, a equipa técnica não tem formação específica para realizar o acompanhamento a todas as disciplinas.

“São muitos anos distintos, muitas matérias o que implicava pelo menos dois docentes em horário pós-laboral, de áreas distintas, pelo que essa é uma dificuldade. O acompanhamento é feito mas nem sempre como deveria.” (Entrevistado 5, técnica CAT).

Com o objetivo de ultrapassar todas as barreiras com que se deparam, os profissionais da instituição compõem uma equipa disciplinar que devem ter, não só, uma formação geral e específica, como também uma formação contínua (Souza, 2008). No presente estudo, a instituição tenta a todo o custo ser um elemento promotor do sucesso escolar e o facto destas crianças/jovens estarem acompanhadas por técnicos da área social e da educação e por auxiliares com formação específica faz com que se sintam mais confiantes e,

consequentemente, queiram aprender mais. Nem sempre é fácil este processo, porém todos os dias se ultrapassam barreiras e se delineiam objetivos.

“Acredito que o facto de estarem acompanhados por técnicos da área social e por auxiliares com formação e objetivos bem claros e esclarecidos, elucida a instiga a aprendizagem e o querer ser melhor...Nem sempre tudo corre como se quer, mas existe um grande esforço da parte de todos neste sentido!!” (Entrevistado 6, técnica CAT).

As crianças e jovens quando institucionalizadas são sujeitas mudanças e a muitas experiências de vida que condicionam a capacidade de interação com os outros na escola e, consequentemente, o sucesso escolar das mesmas (Siqueira et al., 2010). Assim, as técnicas do CAT inquiridas afirmam que existe outro fator interessante que contribui de alguma forma para o sucesso escolar das crianças/jovens são as atividades extracurriculares. Todas as crianças da instituição frequentam uma atividade, os rapazes o futebol e as raparigas os escuteiros. Estas atividades são, sem dúvida, fundamentais na vida destas crianças, na medida em que lhes permite sair um pouco da rotina e da realidade em que se encontram, facto que coincide com um estudo apresentado por Freitas (2013) onde se refere que as atividades de tempo livre contribuem para um desenvolvimento saudável das crianças e para um desenvolvimento tanto educativo como social e pessoal.

“Os rapazes mais velhos frequentam futebol e as raparigas mais velhas os escuteiros. Ajuda a sair um pouco desta realidade.” (Entrevistado 6, técnica CAT)

“Os rapazes mais velhos frequentam futebol e as raparigas mais velhas os escuteiros. Ajuda a sair um pouco deste realidade que por vezes é tão nua e crua. Ajuda a criar novas memórias e a provocar novas experiências de vida.” (Entrevistado 5, técnica CAT).

Contudo, a parte emocional destas crianças é um enorme obstáculo para as mesmas, o que as conduz ao insucesso escolar. Apesar do esforço de todos os técnicos, as crianças, devido às histórias complicadas de vida que tiveram, apresentam muitas dificuldades em abrirem horizontes e entenderem o bem que o conhecimento lhes pode proporcionar. Têm sempre muitos pensamentos negativos e sentem uma grande revolta, o que não lhes permite concentrar-se na vida escolar e no seu próprio futuro.

“Por muito que possamos investir nas crianças e jovens a título escolar, existe sempre uma forte componente emocional que não deixa que as crianças e jovens se “soltem” e estimulem todos os seus potenciais!!” (Entrevistado 7, técnica CAT)

“Estas crianças e jovens têm sempre a cabeça muito cheia com milhões de coisas, o que não os deixa pensar de forma clara.” (Entrevistado 5, técnica CAT)

5. A interação entre a escola e a instituição

Por fim, um fator também determinante, que contribuiu para o sucesso escolar destas crianças e jovens é a relação entre a escola e a instituição. É fundamental existir uma relação coesa entre a comunidade educativa e equipa técnica e, para isso, é importante que a instituição tenha conhecimento de todos os acontecimentos na escola e que a escola conheça o funcionamento da instituição (Martin e Jackson, 2002).

No presente estudo, é notório a existência de problemas ao nível da comunicação e relacionamento entre a escola e a instituição. Os professores inquiridos referem que era extremamente importante que existisse um maior e melhor feedback dos acompanhamentos realizados pelos técnicos da instituição CAT, aos alunos, e que fosse dado a conhecer, ao professor titular de turma, algum historial da vida das crianças que recebe, ou seja, deveria haver uma maior e melhor colaboração/comunicação entre a instituição CAT e a escola.

“Sim há pontos a melhorar. Como referi na questão anterior gostaria que a instituição colaborasse/comunicasse mais com a escola” (Entrevistado 2, professora).

“A articulação entre a escola e a instituição por vezes não é suficiente e não é suficiente porquê? Porque estas crianças têm necessidades de terem as visitas dos familiares, têm necessidade de ter contacto com os familiares e por vezes, quando eles não têm esse contacto com os familiares, eles vêm os outros a terem contacto, alguns até vão ao fim de semana a casa, os que não vão sentem uma revolta muito grande e por vezes por mais que nós articulemos com a instituição não é fácil. E por vezes acabam por ir ou nas férias ou no fim de semana a casa e quando vêm, esses dois três primeiros dias, não são fáceis porque eles vêm como uma revolta interior muito grande.” (Entrevistado 1, professora).

Por outro lado, os técnicos da instituição relatam que a relação com a escola é, maioritariamente, boa. Porém, existem muitos pontos a melhorar, visto que as técnicas inquiridas afirmam que as crianças/jovens pertencentes a instituições são vistas como “diferentes” na escola. Alguns autores afirmam que toda a comunidade educativa vê as crianças/jovens institucionalizados de forma diferente que os seus pares (Faria et al., 2008).

A Institucionalização de crianças/jovens e o seu Desempenho Escolar

Além disso, as técnicas inquiridas afirmam que existe um esforço redobrado por parte das mesmas para defender os direitos destas crianças em todas as circunstâncias. Uma grande lacuna, e uma ressalva muito importante, é que, em alguns casos, os professores não entendem que as crianças não são filhos/as dos técnicos, mas sim crianças que estão à responsabilidade de todos aqueles que são agentes educativos.

“Muitas situações a melhorar, tanto da nossa parte (casa de Acolhimento), como da escola que terá que perceber que estas crianças e jovens, não são nossos filhos, são da responsabilidade de todos nós enquanto agentes educativos!!” (Entrevistado 7, técnica CAT).

“Existe uma boa relação com a escola maioritariamente, sendo que estas crianças e jovens, são sempre vistos como “diferentes”, e eu esforço-me muito para os defender sempre.” (Entrevistado 5, técnica CAT).

“Muitas situações a melhorar, mas nunca desistir!” (Entrevistado 6, técnica CAT).

Conclusão

Tendo por base todo o trabalho desenvolvido ao longo da presente dissertação, o enquadramento da pesquisa, a metodologia, a recolha de dados e análise dos mesmos é essencial que se faça uma breve conclusão de tudo.

O tema da dissertação foi a Institucionalização de crianças/jovens e o seu Desempenho Escolar, aspeto que tem vindo a ser abordado cada vez mais nos Relatórios Anuais de CASA. Pretendeu-se conhecer as práticas e as representações dos profissionais da instituição de acolhimento residencial na promoção do sucesso escolar das crianças/jovens institucionalizadas. Esta questão foi analisada e trabalhada através das opiniões dos técnicos do CAT e dos professores titulares de turma/diretores de turma das crianças/jovens institucionalizadas, tendo por base toda a experiência e conhecimento que detêm sobre este tema. Através destas duas vertentes foi possível chegar a determinados conhecimentos e conclusões sobre o tema.

Como já foi referido anteriormente, as crianças/jovens em situação de acolhimento residencial constituem uma população vulnerável tanto a nível económico e social, como a nível educacional (Zetlin et al., 2004). Assim, alguns estudos internacionais afirmam que as crianças/jovens institucionalizadas apresentam resultados escolares mais baixos quando comparados com as outras crianças (Trigo, 2015). No presente estudo, na perspetiva dos professores, as crianças/jovens apresentam resultados escolares fracos, abaixo da média da turma, facto que é explicado derivado às histórias de vida que têm, afetando assim, a parte emocional das crianças. A parte emocional afeta, consideravelmente, o desempenho escolar das crianças/jovens, uma vez que se as crianças não estão bem com elas próprias também não vão estar predispostas para a aprendizagem, para a aquisição de novos conhecimentos.

Contudo, os técnicos do CAT afirmam que os resultados escolares das crianças/jovens institucionalizados melhoram após o processo de institucionalização. Ou seja, as crianças/jovens, quando institucionalizadas, têm um acompanhamento diferente. Além de frequentarem a escola diariamente, têm na instituição uma educadora que os auxilia na realização dos trabalhos de casa e na preparação dos testes. Além disso, têm também os professores da escola que são destacados para o CAT para, em conjunto com a Educadora, realizar este acompanhamento. Acrescentando a isto, estas crianças/jovens na instituição

acabam por ter uma rotina de estudo, isto é, têm um período num dia que é dedicado ao estudo. De realçar que um dos principais motivos da institucionalização é o absentismo escolar.

Apesar de todas as crianças/jovens frequentarem a escola, nem todos eles se encontram motivados para tal. De acordo com o analisado, os alunos que frequentam o 3º ciclo são os que se encontram menos motivados. É necessário haver um esforço redobrado com estes jovens de forma a conseguir motivá-los a frequentar a escola e a adquirir o máximo de conhecimentos possíveis.

Visto que o sucesso/insucesso escolar é uma problemática cada vez mais preocupante neste tipo de população foi necessário estudar o porquê desde insucesso e quais os métodos utilizados para combater este insucesso. Existem, segundo os professores inquiridos, algumas ferramentas que podem ser utilizadas para colmatar tal situação. Inicialmente, é extremamente importante que o ambiente escolar seja calmo e integrador, isto é, a criança/jovem tem de se sentir integrada naquele espaço, tem que brincar. Segundo a pesquisa realizada, não existe qualquer estigmatização perante estas crianças/jovens por parte de outros alunos ou professores ou por parte dos assistentes operacionais. Bem pelo contrário, todos os professores e todos os assistentes operacionais acolhem estas crianças/jovens da melhor forma possível. Um fator a considerar são os alunos de etnia cigana que, por vezes, são menos corretos na forma de falar e brincar com as crianças/jovens institucionalizados.

Outra ferramenta essencial para colmatar o insucesso escolar é a ligação, a comunicação, a troca de informação entre o CAT e a escola. Do ponto de vista dos técnicos do CAT a relação com a escola é boa, porém, existem alguns pontos a melhorar. É unânime entre todos os técnicos do CAT que as crianças/jovens institucionalizados são vistos como “diferentes” na escola. Tem de existir um esforço redobrado, pela parte dos técnicos, para defender todos os direitos destas crianças/jovens em todas as circunstâncias. Por outro lado, os professores afirmam que esta relação podia melhorar, no sentido, em que muitas vezes, os próprios professores não têm conhecimento da história de vida destas crianças e, por vezes, era importante saberem para puderem, de alguma forma, auxiliar as crianças/jovens em alguma situação inesperada.

Além disso, as técnicas do CAT relatam que a instituição tenta, de todas as formas, ser um elemento promotor do sucesso escolar das crianças/jovens e que o facto destas crianças serem acompanhadas não só pela educadora, mas também, por técnicos da área social faz com que se sintam mais confiantes de eles próprios e, conseqüentemente, estejam mais predispostos para a aprendizagem.

A Institucionalização de crianças/jovens e o seu Desempenho Escolar

Existem, ainda, alguns fatores externos, segundo os técnicos do CAT inquiridos, que podem contribuir para o sucesso escolar das crianças/jovens institucionalizados, as atividades extracurriculares. Estas atividades são, sem dúvida, essenciais na vida destas crianças pois permite-lhes ter outras vivências, sair da rotina e da realidade em que se encontram.

Todos estes fatores contribuem de alguma forma para o sucesso escolar das crianças/jovens. Porém, existem alguns pontos a melhorar, principalmente, na comunicação e na partilha de informação entre a escola e o CAT.

Com base nos dados apresentados, é evidente que para se alcançar o sucesso escolar é necessário existir uma articulação entre todos os fatores que influenciam o sucesso escolar das crianças/jovens institucionalizadas. Destaca-se a integração no ambiente escolar e a relação com a comunidade educativa; as atividades extracurriculares; e, a comunicação e partilha de informação entre a escola e o CAT.

Terminando, o esperado é que este estudo tenha contribuído para um melhor conhecimento das práticas e das representações dos profissionais da instituição na promoção do sucesso escolar das crianças/jovens institucionalizadas, focando-se nas práticas da instituição, nas práticas dos professores, no ambiente escolar e na comunicação CAT – escola. Ainda assim, visto que o tema do sucesso escolar nas crianças/jovens institucionalizadas é de extrema importância, há sempre novas questões a serem analisadas, nomeadamente, novas formas de promoção do sucesso escolar nas crianças/jovens institucionalizadas.

Referências Bibliográficas

- Abrantes, P. & Veloso, L. (2013), “Introdução” in L. Veloso & P. Abrantes (Org.), *Sucesso Escolar – Da compreensão do fenómeno às estratégias para o alcançar* (1-7). Lisboa: Mundos Sociais (1ª edição).
- Alberto, Isabel (2002), *Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco*. In C. Machado e R. Gonçalves (coords.), *Violência e Vítimas de Crimes* (vol. 2, pp. 223-244). Coimbra: Quarteto.
- Almeida, Ana N. e Viera, Maria M. (2006), *A Escola em Portugal*, Lisboa, ICS-UL.
- Alves, Sandra Nunes (2007), *Filhos da Madrugada: Percursos Adolescentes em Lares de Infância e Juventude*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Amado, J. & Ferreira, S. (2013), “A entrevista na investigação educacional” in J. Amado (Coord.), *Manual de investigação Qualitativa em Educação* (207-253). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, João (coord.), Fernanda Ribeiro, Isabel Limão e Vitor Pacheco (2003), *A escola e os alunos institucionalizados*, Lisboa: Políticas de Educação; 16.
- Brandão, R. (2015), *Sucesso Escolar de Crianças e Jovens Institucionalizadas: Intervenção do Assistente Social*, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Lisboa, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, ISCTE.
- Berridge, D. (2012), “Educating young people in care: What have we learned?”, *Children and Youth Services Review*, 34, pp.1171-1175
- Boni, Valdete e Quaresma, Sílvia J. (2005), “Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais”, *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, (online), 2, (1), pp. 68-80

Caldeira, Suzana Nunes e Serpa, Margarida Damião (2013), “Gestão da aula em escolas com diferente composição social”, em Ana Matias Diogo e Fernando Diogo (orgs.), *Desigualdades no Sistema Educativo: Percursos, Transições e Contextos*, Lisboa, Mundos Sociais

Canário, Rui (2005), *O que é a Escola? – um “olhar” sociológico*, Porto, Porto Editora

Catarino, M. (2018), *À procura do sucesso – Percepções dos jovens institucionalizados e dos profissionais dos lares de acolhimento sobre a escola*, Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, Coimbra, Faculdade de Psicologia e Instituto de Educação.

Carta Social Europeia dos Direitos Fundamentais (2012), “Relatório de 2011 sobre a Aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia”, Comissão Europeia – Direção-Geral da Justiça.

CASA 2017 – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (2018). Instituto da Segurança Social, I.P.

Delgado, P. (2008). “A criança em risco e a relação Escola-Família. Proteção e Sucesso Educativo”, *SIPS – Revista Interuniversitária de Pedagogia Social*. 15, pp. 113- 122.

Faria, S., Salgueiro, A. G., Trigo, M. L. & Alberto, I. (2008), “As narrativas de adolescentes institucionalizadas: Percepções em torno das vivências de institucionalização”, Atas eletrónicas do Congresso Internacional em Estudos na Criança, organizado pelo Instituto de Estudos da criança, Universidade do Minho.

Ferreira, Jorge Manuel Leitão (2009), *Serviço social e modelos de bem-estar para a infância: modus operandi do assistente social na promoção da proteção à criança e à família*, Tese de Doutoramento em Serviço Social, ISCTE-IUL.

Ferreira, M. (2016), *O caminho percorrido pelo sistema de proteção – do mau trato infantil ao acolhimento em instituição*, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Freitas, N. (2013), “A importância dos tempos livres”, *Jornal da Madeira*, 8.

Gil, A. C. (2008), *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, São Paulo, Editora Atlas S.A.

Júnior, Álvaro e Nazir Júnior (2011), “A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos”, *Evidência, Araxá*, v.7, (7), pp. 237-250.

Martin, P. & Jackson, S. (2002), “Educational success for children in public care: advice from a group of high achievers”, *Child and Family Social Work*, 7, pp. 121-130.

Martins, P. (2005), “A qualidade dos serviços de proteção às crianças e jovens: as respostas institucionais”, em *Comunicação apresentada no "Encontro Cidade Solidária: crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade?"*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Medeiros, Octávio H. Ribeiro (2008), “Adolescentes e Jovens – Educação, trabalho e profissão”, em Gilberta Pavão Nunes Rocha (org), *Socializações Alternativas: Crianças e Jovens em Instituições nos Açores*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais – Universidade dos Açores.

Meirinhos, M. & Osório, A. (2010) “O estudo de caso como estratégia de investigação em educação”, *EDUSER: Revista de Educação* 2 (2), pp. 49-65.

Mota, C. & Matos, P. (2010), “Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo”, *Análise Psicológica*, 2 (28), pp. 245-254.

Reis, V. (2009), *Crianças e Jovens em risco – Contributos para a organização de critérios de avaliação de fatores de risco*, Dissertação de Doutoramento em Psicologia Clínica, Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Seabra, T., M. M. Vieira et al. (2014), *Escolas que fazem melhor: o sucesso escolar dos alunos descendentes de imigrantes na escola básica*, Relatório Final, Lisboa, CIES-IUL

Silva, S. (2010), *Da Casa da Juventude aos Confis do Mundo: Etnografia de fragilidades, medos e estratégias juvenis*, Porto, Edições Afrontamento.

Silva, D. e Duarte, J. (2012). “Sucesso escolar e inteligência emocional”, *Millenium*, 2, pp. 6784.

Siqueira, Aline Cardoso e Dell’Aglío, Débora Dalbosco (2010), “Crianças e Adolescentes Institucionalizados: Desempenho Escolar, Satisfação de Vida e Rede de Apoio Social”, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, (3), pp. 407-415.

Sousa, I. (2008), *Serviço Social na Educação: Saberes e Competências necessárias no fazer profissional*, Tese de Pós-Graduação em Educação, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Trigo, L. (2015), “Factores críticos na promoção do sucesso escolar de crianças e jovens em acolhimento institucional”, em J. Machado (Org.), *Educação, Territórios e Desenvolvimento Humano: Atas do I Seminário Internacional*, II, pp. 462-469, Porto, Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Educação e Psicologia.

Zetlin, A., Weinberg, L & Kimm, C. (2004), “Improving Education Outcomes for Children in Foster Care: Intervention by an Education Liaison”, *Journal of Education for students placed at risk*, 9, (4), pp. 421-429

Legislação:

Lei nº. 26/2018, de 5 de julho: Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Anexos

Anexo A



Exma. Diretora,

Eu, Mariana Medroa Mateus, no âmbito do Mestrado em Educação e Sociedade do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, pretendo realizar, sob a orientação científica da Professora Teresa Seabra e Maria João Pena, um trabalho de investigação sobre o sucesso escolar das crianças e jovens institucionalizadas. Os objetivos do mesmo incidem fundamentalmente na compreensão da intervenção na promoção do sucesso escolar por parte dos profissionais responsáveis pelo acolhimento residencial incluindo a articulação com a escola, assim como, a intervenção da própria escola nesta problemática.

Assim, venho por este meio, solicitar-lhe a vossa colaboração na recolha de informação sobre o tema em questão. De forma a ter uma investigação mais completa, pretendo realizar uma entrevista a todos os técnicos que compõem a equipa técnica da resposta social.

A utilização da informação recolhida destina-se exclusivamente para fins de pesquisa, sendo garantido o seu anonimato e confidencialidade. Após terminado o trabalho, ser-lhe-á disponibilizada uma cópia da versão final.

Agradeço, desde já, a atenção dispensada e toda a colaboração que possa prestar à realização deste estudo. Encontro-me disponível para prestar todos os esclarecimentos que considerar necessários. Poderá contactar-me através do número de telemóvel 968238266 ou através do e-mail mateus.mariana@hotmail.com

Atentamente,

Mariana Mateus

Anexo B



Exmo. Diretor do Agrupamento,

Eu, Mariana Medroa Mateus, no âmbito do Mestrado em Educação e Sociedade do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, pretendo realizar, sob a orientação científica da Professora Teresa Seabra e Maria João Pena, um trabalho de investigação sobre o sucesso escolar das crianças e jovens institucionalizadas. Os objetivos do mesmo incidem fundamentalmente na compreensão da intervenção na promoção do sucesso escolar por parte dos profissionais responsáveis pelo acolhimento residencial incluindo a articulação com a escola, assim como, a intervenção da própria escola nesta problemática.

Assim, venho por este meio, solicitar-lhe a vossa colaboração na recolha de informação sobre o tema em questão. De forma a ter uma investigação mais completa, pretendo realizar uma entrevista aos diretores de turma/titulares de turma que tenham alunos que se encontram institucionalizados.

A utilização da informação recolhida destina-se exclusivamente para fins de pesquisa, sendo garantido o seu anonimato e confidencialidade. Após terminado o trabalho, ser-lhe-á disponibilizada uma cópia da versão final.

Agradeço, desde já, a atenção dispensada e toda a colaboração que possa prestar à realização deste estudo. Encontro-me disponível para prestar todos os esclarecimentos que considerar necessários. Poderá contactar-me através do número de telemóvel 968238266 ou através do e-mail mateus.mariana@hotmail.com

Atentamente,

Mariana Mateus

Anexo C



**Guião da entrevista aos professores titulares
de turma/directores de turma**

Estou a fazer o trabalho final de investigação, no âmbito do Mestrado em Educação e Sociedade do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, sobre o sucesso escolar das crianças e jovens institucionalizadas e, para o efeito, a sua experiência e a sua opinião são muito importantes.

1. Conhecimento dos alunos institucionalizados

1.1. Quantos alunos institucionalizados tem (ou teve)? Em que medida são distintos dos restantes alunos?

RESPOSTA:

1.2. Parece-lhe ou não importante conhecer a história de vida dos alunos institucionalizados? Porquê?

RESPOSTA:

2. Inserção do aluno no ambiente escolar

2.1. Como é a relação dos colegas com os alunos com este perfil? O convívio é indistinto ou parece-lhe existir estigmatização por parte dos colegas?

RESPOSTA:

2.2. E por parte dos professores e auxiliares? Como é a relação com estes alunos? E a relação destes alunos com os adultos (professores e auxiliares)?

RESPOSTA:

3. Sucesso escolar

3.1. Qual é o desempenho escolar destes alunos?

RESPOSTA:

3.2. De que forma os estabelecimentos de ensino promovem o sucesso escolar das crianças/jovens em situação de institucionalização?

RESPOSTA:

3.3. Que dificuldades sentem? Como têm resolvido os problemas? O que tem tido melhores efeitos?

RESPOSTA:

4. Relação escola-CAT

4.1. Como é feita a comunicação entre a escola e a instituição?

RESPOSTA:

4.2. A relação existente entre a escola e a instituição favorece o sucesso escolar dos alunos institucionalizados ou não?

RESPOSTA:

4.3. Considera que a articulação entre a escola e a instituição é suficiente ou existem pontos a melhorar? Se sim, quais?

RESPOSTA:

5. Identificação:

-Habilitações académicas: _____

-Ano escolar que leciona: _____

-Nº de anos neste estabelecimento de ensino: _____

Anexo D



Guião da entrevista aos Técnicos do Centro de Acolhimento

Estou a fazer o trabalho final de investigação, no âmbito do Mestrado em Educação e Sociedade do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, sobre o sucesso escolar das crianças e jovens institucionalizadas e, para o efeito, a sua experiência e a sua opinião são muito importantes.

1. Institucionalização

1.1. Quais os principais motivos da institucionalização das crianças/jovens?

Resposta:

1.2. Qual o tempo, em média, da institucionalização?

Resposta:

1.3. Fazendo uma estimativa, o número de crianças/jovens institucionalizados têm vindo a aumentar ou a diminuir nos últimos anos?

Resposta:

1.4. As crianças/jovens institucionalizados têm projetos de vida elaborados? Com quem são elaborados?

Resposta:

2. Desempenho Escolar

2.1. Todas as crianças/jovens da instituição encontram-se a frequentar a escola?

Resposta:

2.2. As crianças/jovens da instituição mostram-se motivados ao frequentar a escola ou não?

Resposta:

2.3. Qual a estratégia que utilizam para os acompanhar nos estudos?

Resposta:

2.4. As crianças/jovens institucionalizados frequentam alguma atividade extra curricular? Em caso afirmativo, qual? E, em que sentido, essas atividade extracurricular promove o sucesso escolar?

Resposta:

2.5. Desde a institucionalização, os resultados escolares das crianças/jovens têm melhorado ou piorado? Como justifica tal facto?

Resposta:

2.6. Que dificuldades e preocupações maiores têm tido neste acompanhamento? Como têm vindo a resolver os problemas? Que medidas têm tido mais sucesso?

Resposta:

2.7. Qual o elemento da instituição que faz o acompanhamento escolar das crianças/jovens? (Ir a reuniões, auxiliar nos TPC, estudos, etc.)

A Institucionalização de crianças/jovens e o seu Desempenho Escolar

Resposta:

2.8. Como é realizado o estudo das crianças/jovens? Quantas horas dedicam ao estudo?

É diário ou apenas quando há trabalhos de casa ou testes? É um estudo individualizado ou colectivo?

Resposta:

2.9. Considera que a instituição contribui para alcançar o sucesso escolar destas crianças e jovens ou não? Porquê?

Resposta:

2.10. Como profissional, quais são os factores que associa ao (in)sucesso escolar?

Resposta:

3. Relação instituição – escola

3.1. E a relação com a escola? De que forma é estabelecida? Existe uma boa relação entre os técnicos e os professores titulares de turma ou diretores de turma?

Resposta:

3.2. Que balanço faz? Encontra aspectos que deveriam ser melhorados ou não? Se sim, quais?

4. Identificação:

- Habilitações académicas: _____

- Função que desempenha na instituição: _____

- Nº de anos que trabalha na instituição: _____

5. Caracterização da instituição:

- Nº total de crianças acolhidas no momento: _____

- Género das crianças acolhidas: _____

- Faixas etárias das crianças acolhidas: _____